

Guilherme de Souza Nucci

**Manual de
Direito Penal**

17.^a edição
— revista e atualizada



☞ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

☞ Fechamento desta edição: 23.02.2021

☞ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

☞ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

☞ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2021 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

☞ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

☞ Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 10ª edição

☞ Capa: Danilo Oliveira

☞ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

N876m

Nucci, Guilherme de Souza

Manual de Direito Penal / Guilherme de Souza Nucci. – 17. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-309-9354-2

1. Direito penal – Brasil. I. Título.

20-68150

CDU: 343.2(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

Sumário

PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal.....	3
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo.....	4
3. Política criminal.....	4
4. Criminologia.....	5
5. Bem jurídico.....	6
Síntese.....	8

Capítulo II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal.....	9
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil.....	16
Síntese.....	17

Capítulo III

PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância.....	19
---	----

XII MANUAL DE DIREITO PENAL - NUCCI

1.1	Princípios regentes	19
2.	Princípios de direito penal	20
2.1	Constitucionais explícitos.....	20
2.1.1	Concernentes à atuação do Estado	20
2.1.1.1	Legalidade (ou reserva legal).....	20
2.1.1.2	Anterioridade	20
2.1.1.3	Retroatividade da lei penal benéfica.....	21
2.1.1.4	Humanidade	21
Ponto relevante para debate		
•	A prisão no Brasil e a humanidade.....	21
2.1.2	Concernentes ao indivíduo.....	22
2.1.2.1	Personalidade ou da responsabilidade pessoal	22
2.1.2.2	Individualização da pena	23
2.2	Constitucionais implícitos.....	24
2.2.1	Concernentes à atuação do Estado	24
2.2.1.1	Intervenção mínima e princípios paralelos e corolários da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	24
2.2.1.2	Taxatividade.....	25
2.2.1.3	Proporcionalidade.....	27
2.2.1.4	Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	28
2.2.2	Concernente ao indivíduo	28
2.2.2.1	Culpabilidade.....	28
Ponto relevante para debate		
•	A ofensividade (ou lesividade) como princípio de direito penal.....	29
Síntese		30

Capítulo IV**FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS**

1.	Fontes do direito penal.....	31
1.1	Iniciativa de leis em matéria penal	33
1.2	Costume e fonte do direito penal	34
1.3	Plebiscito e referendo como fontes do direito penal	34
2.	Interpretação e integração no direito penal	34
Síntese		37

Capítulo V**LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL**

1.	Conceito de legalidade	39
1.1	Origem histórica	39
1.2	Legalidade e garantismo penal.....	40
1.3	Legalidade material e legalidade formal	40
2.	Conceito de anterioridade	41
3.	Extensão da palavra <i>crime</i>	41

4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança	41
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	42
Ponto relevante para debate	
• A legalidade pede socorro?	44
Síntese	45

Capítulo VI

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo	47
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito)	48
2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in melius</i>).....	48
2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>)	49
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis	49
Ponto relevante para debate	
• A impossibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu.....	50
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	52
5. Crime permanente e lei penal benéfica.....	53
6. Crime continuado e lei penal benéfica.....	53
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica	54
8. Leis intermitentes.....	54
8.1 Extensão e eficácia.....	55
Ponto relevante para debate	
• A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal	55
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência.....	57
Síntese	60
Esquemas	
↳ Extratividade da lei penal.....	61
↳ Leis penais benéficas intermediárias.....	63

Capítulo VII

TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime.....	65
2. Alcance da teoria da atividade	65
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	65
4. Teorias sobre o lugar do crime.....	66
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP	66
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas.....	67
Síntese	67

Capítulo VIII
 APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Territorialidade e extraterritorialidade	69
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço	69
3. Conceito de território e seus elementos.....	69
3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos.....	70
3.2 Espaço aéreo	70
3.3 Mar territorial brasileiro.....	70
4. Território brasileiro por equiparação	71
4.1 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	71
4.2 A lei penal e a Convenção de Tóquio	72
5. Critérios para a extraterritorialidade	72
5.1 Crítica à extraterritorialidade incondicionada	73
5.2 Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.....	73
5.3 Hipóteses de extraterritorialidade condicionada	74
5.4 Condições para a extraterritorialidade	75
6. Extradicação	75
6.1 Espécies de extradicação e fonte legislativa	76
6.2 Requisitos para a concessão	76
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e não recepção parcial do art. 8.º do Código Penal	79
8. Outras exceções à regra da territorialidade.....	79
8.1 Tratados, convenções e regras de direito internacional	80
8.2 Imunidades diplomáticas.....	81
8.2.1 Abrangência, extensão e exclusão da imunidade	81
8.2.2 Características das imunidades diplomáticas.....	81
8.3 Imunidades consulares	82
8.4 Imunidades parlamentares.....	83
8.4.1 Natureza jurídica da imunidade substantiva	84
8.4.2 Características da imunidade substantiva.....	84
8.4.3 Características da imunidade processual.....	86
8.5 Outras imunidades e foros privilegiados.....	87
8.5.1 Deputados estaduais	87
8.5.2 Vereadores.....	87
8.5.3 Advogados.....	87
8.5.4 Prefeitos	88
9. Direito penal internacional e direito internacional penal	89
Síntese	89
Esquema	
↳ Aplicação da lei penal no espaço	90

Capítulo IX
EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1. Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	91
2. Hipóteses para a homologação.....	92
2.1 Reparação civil do dano causado à vítima	92
2.2 Aplicação de medida de segurança	92
2.3 Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	92
3. Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação	92
Síntese	93

Capítulo X
CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1. Prazos penais e processuais penais	95
2. O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo.....	96
3. Frações não computáveis da pena	96
Síntese	96
Esquema	
↳ Contagem de prazos penais e processuais	97

Capítulo XI
CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1. Conceito	99
2. Critério da sucessividade	100
3. Critério da especialidade.....	100
4. Critério da subsidiariedade (tipo de reserva).....	101
5. Critério da absorção (ou consunção)	102
6. Critério da alternatividade.....	102
Síntese	103
Esquemas	
↳ Sucessividade	103
↳ Especialidade.....	104
↳ Subsidiariedade = um tipo contém outro(s)	105
↳ Consunção (ou absorção) = um fato típico contém outro(s).....	106

Capítulo XII
CRIME

1. Conceito de crime.....	107
1.1 Conceito material	107
1.2 Conceito formal	108
1.3 Conceito analítico.....	108
Ponto relevante para debate	
• A teoria da ação significativa é uma solução para superar as teorias causalista, finalista e funcionalista?.....	110

XVI MANUAL DE DIREITO PENAL - **Nucci**

2. Diferença entre crime e contravenção penal.....	112
3. Sujeitos e objetos do crime	113
3.1 Sujeito ativo	113
Ponto relevante para debate	
• A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime	113
3.2 Sujeito passivo.....	115
3.3 Objeto do crime.....	116
4. Classificação dos crimes.....	117
4.1 Crimes comuns e próprios	117
4.2 Crimes instantâneos e permanentes	118
4.3 Crimes comissivos e omissivos.....	119
4.4 Crimes de atividade e de resultado	119
4.5 Crimes de dano e de perigo.....	120
4.6 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	120
4.7 Crimes progressivos e crimes complexos.....	121
4.8 Progressão criminosa	121
4.9 Crime habitual	122
4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	123
4.11 Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	123
4.12 Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas)	123
4.13 Crimes remetidos	124
4.14 Crimes condicionados	124
4.15 Crimes de atentado (ou de empreendimento).....	124
Síntese.....	124
Esquemas	
↳ Conceito analítico de crime (quadro sintético)	125
↳ Diferenças entre os crimes instantâneos, permanentes, habituais e continuados.....	126
↳ Crime é fato	127
↳ Estrutura do crime.....	128

Capítulo XIII
TIPICIDADE

1. Apresentação	129
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura.....	130
2.1 Elementos do tipo penal incriminador.....	130
2.2 Classificação do tipo	132
3. Conceito de conduta penalmente relevante.....	135
Ponto relevante para debate	
• A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais.....	140
4. Conceito de resultado.....	141
5. Conceito de nexa causal.....	142

5.1 Teorias que cuidam do nexo de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva).....	142
Ponto relevante para debate	
• Crítica e defesa à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo	148
5.2 Causas independentes e relativamente independentes.....	149
5.2.1 Concausas e seus efeitos.....	150
Esquemas	
↳ Teoria da equivalência das condições (ou dos antecedentes) – (art. 13, <i>caput</i> , CP)...	151
↳ Teoria da causalidade adequada (ou das condições qualificadas).....	152
↳ Teoria da imputação objetiva	153
↳ Concausas: são as causas que se unem para gerar o resultado.....	154
↳ Causa superveniente, que corta o nexo causal (art. 13, § 1.º, CP).....	155
5.3 Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios	156
5.3.1 Natureza jurídica da omissão própria	156
5.3.2 Significado da expressão penalmente relevante.....	157
5.3.3 Dever de agir.....	157
5.3.3.1 Dever de agir imposto por lei.....	157
5.3.3.2 Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.....	158
5.3.3.3 Dever de agir por ter gerado o risco.....	158
Pontos relevantes para debate	
• Deixar o agressor morrer depois de se defender constitui crime?	158
• Pais e filhos maiores de 18 anos como garantidores da segurança recíproca	159
• A posição de garante como fruto de outros relacionamentos de afetividade.....	159
• Envenenamento e navalhada como causas da morte.....	159
6. Conceito de tipicidade e excludentes	160
6.1 Adequação social.....	161
6.2 Insignificância.....	162
Ponto relevante para debate	
• Bagatela imprópria.....	163
Síntese	164

Capítulo XIV

ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME: DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo.....	165
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico	166
3. Características do dolo.....	166
4. Conceito de dolo direto.....	166
4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	167
5. Conceito de dolo indireto ou eventual.....	167
Ponto relevante para debate	
• A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito.....	168
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual.....	168

XVIII MANUAL DE DIREITO PENAL • **Nucci**

7. Outras classificações do dolo	169
8. Conceito de culpa	170
9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente	171
10. Elementos da culpa	171
11. Situações peculiares no campo da culpa	172
12. Espécies de culpa.....	173
12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional.....	174
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual.....	174
↳ Dolo direto de 1.º grau	176
↳ Dolo direto de 2.º grau	176
Síntese	176
Esquemas	
↳ Dolo direto de 1.º grau	176
↳ Dolo direto de 2.º grau	176
↳ Dolo eventual	177
↳ Culpa consciente	177
↳ Culpa inconsciente	178

Capítulo XV**CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO**

1. Conceito	181
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso.....	181
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador.....	182
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	182
Síntese	184

Capítulo XVI**ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)**

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade).....	185
2. Excludentes de ilicitude.....	185
3. Classificação das excludentes de ilicitude.....	186
4. Elemento subjetivo nas excludentes	187
5. Conceito de estado de necessidade.....	188
5.1 Espécies de estado de necessidade.....	189
5.2 Requisitos do estado de necessidade.....	190
5.2.1 Existência de perigo atual	190
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo.....	191
Ponto relevante para debate	
• A valoração da vontade no contexto da produção do perigo	191
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão	192
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro.....	193
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado	193
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo.....	193

5.3	Causa de diminuição de pena	193
6.	Conceito e fundamento da legítima defesa	194
6.1	Elementos da legítima defesa	194
6.1.1	Injustiça da agressão	194
6.1.2	Atualidade ou iminência da agressão	195
6.1.3	Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	197
Ponto relevante para debate		
•	A legítima defesa da honra no contexto do flagrante adúlterio.....	198
6.1.4	Utilização dos meios necessários para a reação	200
6.1.5	Moderação da reação.....	201
6.1.6	Proporcionalidade na legítima defesa	202
6.1.6.1	Ofendículos.....	203
Ponto relevante para debate		
•	A natureza jurídica dos ofendículos.....	203
6.2	Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa.....	206
6.2.1	Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude.....	206
6.2.2	Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	206
6.2.3	Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	206
6.2.4	Legítima defesa sucessiva	207
6.2.5	Legítima defesa contra multidão.....	207
6.2.6	Legítima defesa contra provocação.....	207
6.2.7	Legítima defesa nas relações familiares.....	207
6.2.8	Legítima defesa por omissão.....	208
6.2.9	Legítima defesa praticada por inimputáveis.....	208
6.2.10	Legítima defesa da comunidade.....	209
6.2.11	Legítima defesa de animais.....	209
6.2.12	Legítima defesa de refém.....	210
7.	Conceito de estrito cumprimento do dever legal	210
7.1	Situações de cumprimento de dever legal.....	210
8.	Conceito de exercício regular de direito	211
8.1	Situações de exercício regular de direito	212
8.2	Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito.....	213
8.2.1	O estupro da esposa praticado pelo marido	213
8.2.2	O trote acadêmico ou militar.....	213
8.2.3	Os castigos dos pais e dos professores.....	213
8.2.4	As lesões praticadas no esporte	214
9.	Consentimento do ofendido.....	215
Ponto relevante para debate		
•	O aspecto temporal do consentimento do ofendido: quando afeta a tipicidade e quando afasta a ilicitude.....	218
9.1	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido.....	220
10.	Os excessos no contexto das excludentes.....	221
10.1	Modalidades de excessos	221

Síntese	223
Esquema	
↳ Diferenças entre o estado de necessidade e a legítima defesa	224

Capítulo XVII CULPABILIDADE

1. Conceito de culpabilidade	225
1.1 Culpabilidade formal e culpabilidade material	230
1.2 Conceito de coculpabilidade	230
2. Excludentes de culpabilidade	231
2.1 Excludentes concernentes ao agente do fato	231
2.1.1 Imputabilidade penal	231
2.1.2 Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado	233
Ponto relevante para debate	
• A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>)	235
2.1.2.1 Conceito de perturbação da saúde mental	236
2.1.3 Embriaguez decorrente de vício	237
2.1.4 Menoridade	237
Ponto relevante para debate	
• O marco temporal do início da maioridade penal aos 18 anos	239
2.2 Excludentes concernentes ao fato	239
2.2.1 Coação moral irresistível	239
Ponto relevante para debate	
• A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas	240
2.2.2 Obediência hierárquica	241
2.2.3 Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior	241
2.2.3.1 Embriaguez voluntária ou culposa	242
2.2.3.2 A teoria da <i>actio libera in causa</i>	243
2.2.3.3 Caso fortuito ou força maior	244
2.2.3.4 Embriaguez incompleta fortuita	245
2.2.4 Erro de proibição escusável e discriminantes putativas	245
2.2.5 Inexigibilidade de conduta diversa	245
2.2.6 Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental	246
3. Emoção e paixão	246
3.1 Emoção	247
3.2 Paixão	248
Síntese	248

Capítulo XVIII CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado	251
2. Tentativa	251

2.1	Conceito de crime tentado	251
2.2	Natureza jurídica da tentativa	252
2.3	Teorias fundamentadoras da punição da tentativa	253
2.4	Dolo e culpa na tentativa	253
2.5	Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	254
Ponto relevante para debate		
•	Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime	255
2.6	Tentativa e dolo eventual	257
2.7	Tentativa e crime de ímpeto	260
2.8	Crimes que não admitem a tentativa	261
2.9	Critério para a diminuição da pena na tentativa	263
2.10	Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita	263
2.11	Diferença entre crime falho e tentativa falha	264
3.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	264
3.1	Conceito de desistência voluntária	264
3.1.1	Desistência momentânea	264
3.1.2	O problema da execução retomada	265
3.2	Conceito de arrependimento eficaz	266
3.3	Natureza jurídica	266
3.4	Distinção entre voluntariedade e espontaneidade	267
3.5	Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa	268
4.	Arrependimento posterior	268
4.1	Conceito	268
4.2	Natureza jurídica	268
4.3	Requisitos para a aplicação	268
Ponto relevante para debate		
•	A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior	270
4.4	Crítérios para a diminuição da pena	271
4.5	Análise crítica da Súmula 554 do STF	272
4.6	Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas	272
5.	Crime impossível	273
5.1	Conceito e natureza jurídica	273
5.2	Fundamento da não punição do crime impossível	273
5.3	Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo	273
5.4	Análise dos elementos do crime impossível	274
5.5	Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível	275
Ponto relevante para debate		
•	O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível	275
Síntese		276
Esquemas		
☞	Tentativa e consumação	277
☞	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	278
☞	Quadro comparativo	279

Capítulo XIX
ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Conceitos de erro e ignorância.....	281
2. Conceito de erro de tipo	281
3. Possibilidade de punição por crime culposos.....	282
4. Erro escusável e erro inescusável	282
5. Erro essencial e erro acidental.....	282
6. Erro quanto à pessoa	282
7. Erro determinado por terceiro.....	283
8. Conceito de erro de proibição.....	283
9. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude	283
10. Erro de proibição escusável e inescusável.....	284
11. Diferença entre crime putativo e erro de proibição.....	285
12. Conceito de discriminantes putativas.....	285
13. Divisão das discriminantes putativas	285
14. Natureza jurídica das discriminantes putativas	286
Síntese	287
↳ Erro de tipo.....	288
Esquemas	
↳ Erro de tipo.....	288
↳ Erro de tipo x delito consumado sem erro (art. 20).....	289
↳ Erro de proibição.....	290
↳ Erro de proibição x delito consumado sem erro (art. 21).....	291

Capítulo XX
CONCURSO DE PESSOAS

1. Conceito de concurso de pessoas	293
2. Teorias do concurso de pessoas	293
3. Distinção entre autoria e participação	294
3.1 Teoria normativa e teoria do domínio do fato.....	295
3.2 Executor de reserva	296
4. Critérios quanto à punição do partícipe	296
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	297
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984	297
6.1 Punição do coautor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade”	297
6.2 Participação de menor importância.....	298
6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta).....	299
7. Requisitos do concurso de agentes.....	299
8. Alguns aspectos da autoria mediata	300
9. Autoria colateral.....	300
Ponto relevante para debate	
• A coautoria e a participação em crime culposos.....	300

10. Conivência	301
11. Coautoria e participação em crimes omissivos próprios e impróprios	301
Ponto relevante para debate	
• A participação posterior à consumação do crime	302
12. Participação e cumplicidade	303
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias	304
Ponto relevante para debate	
• A comunicação aos coautores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo	304
13.1 Exceção quanto à elementar do crime	305
Ponto relevante para debate	
• O concurso de pessoas no infanticídio	305
14. Casos de impunibilidade	306
Síntese	307

Capítulo XXI

TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena	309
2. Teorias extremadas da punição	310
3. Garantismo penal	312
Pontos relevantes para debate	
• Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal	313
• A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo	314
• Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa	315
4. Cominação das penas	317
5. Princípios da pena	317
6. Espécies de penas	318
Síntese	318

Capítulo XXII

PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples	319
2. Regime progressivo de cumprimento da pena	320
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	324
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura	324
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso	324
6. Imprescindibilidade do regime fechado	325
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena	326
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime	326

9. Regime fechado.....	327
Pontos relevantes para debate	
• A aplicação do regime fechado à pena de detenção.....	327
• A viabilidade da progressão <i>por salto</i>	328
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo.....	330
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado.....	331
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado.....	331
Ponto relevante para debate	
• A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	333
9.4 Trabalho externo do condenado.....	334
10. Regime semiaberto.....	334
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo.....	334
10.2 Situação do índio.....	335
11. Regime aberto.....	335
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso.....	335
11.2 Inviabilidade de fixação de penas restritivas de direitos como condição do regime aberto.....	336
12. Direitos do preso.....	336
12.1 Direito à visita íntima.....	336
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio.....	337
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso.....	337
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena.....	337
13. Trabalho do preso.....	338
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório.....	338
13.2 Trabalho do preso e remição.....	339
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave.....	339
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório.....	340
13.2.3 Remição pelo estudo.....	340
Ponto relevante para debate	
• A remição pelo estudo e o aproveitamento escolar.....	340
14. Superveniência de doença mental.....	341
15. Detração.....	342
15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	342
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração.....	342
15.3 Detração e pena de multa.....	343
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena.....	343
15.5 Detração e suspensão condicional da pena.....	343
15.6 Detração e penas alternativas previstas ao usuário de drogas.....	344
Síntese.....	344

Capítulo XXIII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos.....	345
---	-----

2. Natureza jurídica.....	345
3. Espécies de penas restritivas de direitos	346
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos	347
Pontos relevantes para debate	
• A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados	348
• As penas alternativas no cenário da violência doméstica.....	349
5. Momentos para a conversão.....	351
6. Exigências para a conversão	351
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	352
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos	353
8.1 Prestação pecuniária	353
Ponto relevante para debate	
• A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas	355
8.2 Perda de bens ou valores.....	356
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	357
8.4 Interdição temporária de direitos.....	357
8.5 Limitação de fim de semana	358
Síntese	358

Capítulo XXIV PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa	361
2. Critérios para a fixação da pena de multa	362
Ponto relevante para debate	
• O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa	363
3. O valor do dia-multa em salário mínimo.....	364
4. Atualização monetária da multa.....	364
5. Pagamento da multa.....	365
6. Multa como dívida de valor.....	365
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição.....	366
Síntese	366

Capítulo XXV APLICAÇÃO DA PENA

1. Conceito	367
Ponto relevante para debate	
• As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário	367
2. Circunstâncias judiciais	368
3. Pena-base	369
3.1 Critérios para a fixação da pena-base.....	369
4. Elementos do art. 59 do Código Penal.....	369
4.1 Culpabilidade	369

Ponto relevante para debate	
• Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor	370
Esquema	
↳ Culpabilidade como elemento do crime e fundamento da pena, além de constituir parâmetro para o limite da pena	373
4.2 Antecedentes	375
Ponto relevante para debate	
• O significado e a extensão da expressão <i>maus antecedentes</i>	375
Ponto relevante para debate	
• A caducidade dos maus antecedentes	376
4.3 Conduta social	377
4.4 Personalidade	377
Ponto relevante para debate	
• A avaliação da personalidade do acusado pelo julgador	378
4.5 Motivos do crime	379
4.6 Circunstâncias do crime	380
4.7 Consequências do crime	380
Esquemas	
↳ Motivos do crime: podem ser <i>conscientes</i> ou <i>inconscientes</i>	381
↳ Motivo ≠ elemento subjuntivo do crime (dolo/culpa)	381
4.8 Comportamento da vítima	382
Esquema	
↳ Comportamento da vítima	383
5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena	384
6. Substituição da pena privativa de liberdade	384
7. Agravantes e atenuantes	385
7.1 Agravantes	385
7.1.1 Motivo fútil	385
7.1.2 Motivo torpe	386
7.1.3 Motivação torpe específica	387
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido	387
7.1.5 Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum	388
7.1.6 Relações familiares	388
7.1.7 Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher	388
7.1.8 Abuso de poder e violações de dever	389
7.1.9 Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida	391
7.1.10 Ofendido sob proteção da autoridade	392
7.1.11 Situação de desgraça particular ou calamidade pública	393
7.1.12 Embriaguez preordenada	393
7.1.13 Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa	393
7.1.13.1 Mentor ou dirigente da atividade criminosa	393

7.1.13.2	Coação ou indução ao crime.....	394
7.1.13.3	Instigação ou determinação para o delito.....	394
7.1.13.4	Criminoso mercenário.....	394
7.1.14	Reincidência.....	394
7.1.14.1	Conceito.....	394
Ponto relevante para debate		
•	A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>).....	394
7.1.14.2	Espécies de reincidência.....	395
Ponto relevante para debate		
•	A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal.....	396
7.1.14.3	Efeitos da reincidência.....	396
7.1.14.4	Caducidade da condenação anterior.....	397
7.1.14.5	Crimes militares próprios e impróprios.....	397
7.1.14.6	Crime político.....	398
7.2	Atenuantes.....	399
7.2.1	Menoridade relativa.....	399
7.2.2	Senilidade.....	400
7.2.3	Desconhecimento da lei.....	401
7.2.4	Relevante valor social ou moral.....	401
7.2.5	Arrependimento.....	402
7.2.6	Coação resistível.....	402
7.2.7	Cumprimento de ordem superior.....	402
7.2.8	Violenta emoção.....	402
7.2.9	Confissão espontânea.....	403
7.2.10	Influência de multidão, em meio a tumulto.....	404
7.2.11	Atenuante inominada.....	404
7.3	Concurso de agravantes e atenuantes.....	405
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas.....	405
Esquema		
↳	Confronto entre agravantes e atenuantes (art. 67, CP).....	406
8.	Cálculo da pena.....	407
8.1	Sistemas para a fixação da pena.....	407
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras.....	409
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais.....	409
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição.....	410
8.5	Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições.....	410
Síntese		411
Esquemas		
↳	Fixação da pena.....	412
↳	Circunstâncias do crime.....	413

Capítulo XXVI
CONCURSO DE CRIMES

1. Conceito e critério de análise	415
2. Sistemas do concurso de crimes	415
2.1 Sistema da acumulação material	415
2.2 Sistema da exasperação da pena	416
2.3 Sistema da absorção	416
2.4 Sistema da acumulação jurídica	416
3. Concurso material	416
3.1 Conceito	416
3.2 Critérios para a aplicação da pena	417
3.3 Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos	417
4. Concurso formal	418
4.1 Conceito	418
4.2 Concurso formal perfeito e imperfeito	418
Ponto relevante para debate	
• A amplitude conceitual da expressão <i>desígnios autônomos</i>	418
4.3 Concurso material favorável ou benéfico	419
4.4 Concorrência de concursos	420
5. Crime continuado	420
5.1 Conceito	420
5.2 Natureza jurídica	421
5.3 Teorias do crime continuado	421
5.4 Crimes da mesma espécie	422
5.5 Condições de tempo	423
5.6 Condições de espaço	423
5.7 Formas de execução	424
5.8 Outras circunstâncias semelhantes	424
Ponto relevante para debate	
• O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional	424
5.9 Critério de dosagem do aumento	425
5.10 Crime continuado e inimizabilidade	425
5.11 Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos	426
5.12 Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas	426
5.13 Espécies de crime continuado	426
5.14 Diferença entre crime continuado e delito habitual	427
Ponto relevante para debate	
• A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes	427
6. Concurso de infrações e execução da pena	427
Síntese	428

Esquemas	
↳ Concurso material	429
↳ Concurso formal próprio	430
↳ Concurso formal impróprio	430
↳ Crime continuado	431
↳ Crime continuado qualificado	432

Capítulo XXVII

ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1. Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	433
2. Modalidades de erro na execução.....	433
3. Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i>	434
4. Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>)	435
Síntese	436

Capítulo XXVIII

LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1. Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento	437
2. Unificação das penas em 40 anos	440
3. Modo de unificação	441
Síntese	442

Capítulo XXIX

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e aspectos históricos	443
2. Natureza jurídica.....	443
3. Requisitos para a sua concessão.....	444
4. Espécies de <i>sursis</i>	444
Ponto relevante para debate	
• A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu.....	445
5. Pontos controversos.....	445
5.1 <i>Sursis</i> e indulto	445
5.2 Existência de processos em andamento.....	446
5.3 Réu ausente.....	446
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil	446
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário	447
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	448
Ponto relevante para debate	
• A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo	448
6. Período de prova e escolha das condições.....	449
7. Causas de revogação.....	450
7.1 Revogação obrigatória.....	450

XXX MANUAL DE DIREITO PENAL - Nucci

7.2 Revogação facultativa.....	451
8. Prorrogação do período de prova.....	451
9. Finalização do <i>sursis</i>	452
Síntese	452

Capítulo XXX
LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos.....	455
2. Natureza jurídica.....	456
3. Requisitos para a sua concessão.....	456
3.1 Objetivos	456
3.2 Subjetivos	457
4. Duração do livramento	458
5. Pontos polêmicos	458
5.1 Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	458
5.2 Livramento condicional cautelar.....	458
5.3 Livramento condicional para estrangeiro.....	459
6. Parecer do Conselho Penitenciário.....	459
7. Soma das penas para efeito de livramento.....	459
8. Condições do livramento condicional.....	460
8.1 Obrigatórias.....	460
8.2 Facultativas.....	460
9. Revogação do livramento.....	460
9.1 Causas obrigatórias.....	460
9.2 Causas facultativas.....	460
9.3 Prévia oportunidade de defesa.....	461
9.4 Livramento insubsistente.....	461
10. Efeitos da revogação	461
11. Extinção da pena e prorrogação automática	461
Síntese	462

Capítulo XXXI
EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação	463
2. Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória.....	464
3. Efeitos genéricos.....	464
3.1 Tornar certa a obrigação de reparar o dano.....	464
3.2 Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita.....	465
4. Efeitos específicos	467
4.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	467
4.2 Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela.....	468
4.3 Inabilitação para dirigir veículo advinda do art. 92, III, do CP	469
4.4 Efeito da condenação advindo de lei especial.....	470

5. Enriquecimento ilícito	470
Síntese	472

Capítulo XXXII REABILITAÇÃO

1. Conceito	473
2. Competência para a concessão de reabilitação	474
3. Prazo e procedimento.....	475
4. Indeferimento da reabilitação e recursos	475
5. Reabilitação e reincidência	476
6. Reabilitação <i>em porções</i>	476
Síntese	476

Capítulo XXXIII MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito	477
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança	477
3. Espécies de medidas de segurança.....	478
4. Extinção de punibilidade	478
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança	479
6. Sentença de absolvição imprópria	479
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial	480
8. Duração da medida de segurança	480
9. Culpabilidade e periculosidade	481
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução.....	481
Ponto relevante para debate	
• O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena	482
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena.....	483
12. Detração e medida de segurança	483
13. Exame de cessação da periculosidade	484
14. Condições para a desinternação ou liberação	484
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável.....	485
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum	486
Ponto relevante para debate	
• Concorrência da medida de segurança com a Lei 10.216/2001	486
Síntese	487

Capítulo XXXIV AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal	489
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada	490
3. Critério de iniciativa da ação penal.....	490

4. Espécies de ação penal, quanto ao polo ativo.....	490
5. Ação penal no crime complexo.....	492
Síntese	492

Capítulo XXXV

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade.....	493
2. Causas gerais e específicas	494
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade	495
4. Momentos de ocorrência	495
5. Morte do agente	495
Ponto relevante para debate	
• As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente.....	497
6. Anistia	497
7. Graça ou indulto individual	498
8. Indulto coletivo	499
Pontos relevantes para debate	
• Indulto da pena de multa e limite mínimo para a inscrição de débito na dívida ativa.....	500
• Indulto humanitário	500
9. <i>Abolitio criminis</i>	501
10. Decadência.....	501
11. Perempção.....	502
12. Renúncia e perdão	502
13. Retratação	503
14. Perdão judicial.....	504
Ponto relevante para debate	
• A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial.....	504
15. Prescrição.....	505
15.1 Conceito e teorias justificadoras.....	505
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição	506
Ponto relevante para debate	
• A prescrição da medida de segurança.....	507
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública.....	508
Ponto relevante para debate	
• A influência da detração no cálculo prescricional	509
15.4 Modalidades de prescrição.....	509
15.5 Termos iniciais da prescrição.....	511
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.....	513
Ponto relevante para debate	
• O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP.....	515

15.7 Causas interruptivas da prescrição.....	515
Ponto relevante para debate	
• A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado	517
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas	518
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes.....	518
17. Prescrição em leis especiais	520
18. Prescrição e perdão judicial.....	520
Síntese	520
Esquemas	
↳ Formas de clemência do Estado.....	522
↳ Tabela de prazos prescricionais.....	523
↳ Lapsos prescricionais e causas interruptivas da prescrição.....	524
↳ Lapsos prescricionais da prescrição retroativa, levando-se em conta a pena em concreto (art. 110, § 1.º).....	525
↳ Lapsos prescricionais da prescrição intercorrente, levando-se em conta a pena em concreto (art. 110, § 1.º).....	525
↳ Lapso da suspensão da prescrição (art. 116).....	526

PARTE ESPECIAL

INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

Título I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio Art. 121	533
Ponto relevante para debate	
• Como analisar a condição de sexo feminino no feminicídio.....	537
Pontos relevantes para debate	
• A existência de homicídio simples hediondo.....	542
• A (in)aplicabilidade da causa de aumento de crime cometido por milícia privada ou grupo de extermínio.....	543
• A existência de homicídio qualificado-privilegiado	543
• A não aceitação do homicídio qualificado-privilegiado como hediondo.....	544
• A questão do ciúme como elemento motivador do homicídio	544
• O homicídio sem motivo	545
• A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima.....	545
• A polêmica questão da eutanásia e seus desdobramentos.....	546
• O veto presidencial à inserção da qualificadora do inciso VIII do § 2.º.....	547

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação – Art. 122.....	548
Pontos relevantes para debate	
• O auxílio por omissão	551
• A solução da situação denominada pacto de morte.....	552
Infanticídio – Art. 123	552
Ponto relevante para debate	
• O concurso de pessoas no infanticídio	554
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – Art. 124	554
Aborto provocado por terceiro sem consentimento Art. 125.....	556
Aborto provocado por terceiro com consentimento Art. 126	557
Formas qualificadas de aborto – Art. 127	559
Excludentes de ilicitude Art. 128	560
Pontos relevantes para debate	
• A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida	561
• A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia.....	562
• A autorização do aborto eugênico	563

Capítulo II DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – Art. 129.....	565
Ponto relevante para debate	
• A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal	574

Capítulo III DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – Art. 130.....	575
Perigo de contágio de moléstia grave – Art. 131	577
Ponto relevante para debate	
• Transmissão do vírus da AIDS.....	578
Perigo para a vida ou saúde de outrem – Art. 132.....	579
Abandono de incapaz Art. 133.....	580
Exposição ou abandono de recém-nascido – Art. 134.....	581
Omissão de socorro – Art. 135.....	583
Ponto relevante para debate	
• As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio	585
Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial – Art. 135-A.....	585
Maus-tratos – Art. 136.....	587
Ponto relevante para debate	
• A palmada configura maus-tratos?	588

Capítulo IV DA RIXA

Rixa – Art. 137	591
-----------------------	-----

Capítulo V
DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia – Art. 138.....	593
Difamação – Art. 139.....	595
Injúria – Art. 140.....	597
Disposições comuns Arts. 141 a 145.....	600

Capítulo VI
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

Constrangimento ilegal Art. 146.....	605
Ameaça – Art. 147.....	607
Sequestro e cárcere privado Art. 148.....	609
Redução a condição análoga à de escravo – Art. 149.....	610
Tráfico de pessoas – Art. 149-A.....	612
Violação de domicílio – Art. 150.....	616
Violação de correspondência – Art. 151.....	619
Ponto relevante para debate	
• A violação da correspondência entre cônjuges.....	621
Violação de correspondência comercial – Art. 152.....	621
Divulgação de segredo – Art. 153.....	623
Violação do segredo profissional Art. 154.....	624
Violação de dispositivo informático – Art. 154-A.....	625

Título II
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I
DO FURTO

Furto Art. 155.....	631
Pontos relevantes para debate	
• A questão da casa habitada no furto noturno.....	642
• O furto de coisas de estimação.....	642
• O furto de cadáver.....	642
• O furto de coisas de ínfimo valor.....	643
• O furto de imagem.....	643
• O furto de talão de cheques e de cartão de crédito.....	643
• O furto de uso como crime.....	644
• A trombada como furto ou roubo.....	644
• A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º).....	645
• Furto sob vigilância eletrônica.....	645
Furto de coisa comum Art. 156.....	645

Capítulo II
DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo Art. 157	649
Pontos relevantes para debate	
• O roubo de uso.....	657
• A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade.....	657
• A existência da tentativa no roubo impróprio	657
• O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento no mesmo parágrafo com acréscimo variável (ex.: § 2.º do art. 157: aumento de 1/3 até metade)	658
Extorsão Art. 158	659
Ponto relevante para debate	
• A proporcionalidade das penas do sequestro relâmpago	663
Extorsão mediante sequestro – Art. 159	664
Ponto relevante para debate	
• A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica.....	667
Extorsão indireta Art. 160.....	668

Capítulo III
DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – Art. 161, <i>caput</i>	671
Usurpação de águas – Art. 161, § 1.º, I.....	672
Esbulho possessório – Art. 161, § 1.º, II.....	673
Supressão ou alteração de marca em animais – Art. 162.....	675

Capítulo IV
DO DANO

Dano Art. 163	677
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – Art. 164	679
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – Art. 165.....	680
Alteração de local especialmente protegido Art. 166.....	681
Ação penal Art. 167	682

Capítulo V
DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – Art. 168.....	683
Apropriação indébita previdenciária Art. 168-A.....	685
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – Art. 169	686
Causa de diminuição de pena Art. 170	688

Capítulo VI
DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato Art. 171	689
Pontos relevantes para debate	
• A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.)	692
• O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral ...	692
• O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade	692
• O estelionato como delito permanente quando cometido contra entidade de direito público ou instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.....	692
• A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal	693
• A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia	693
• O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo	693
• O cheque sem fundos emitido para pagar serviço de prostituição	693
• O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime	694
Duplicata simulada Art. 172.....	694
Abuso de incapazes Art. 173.....	695
Induzimento à especulação Art. 174	696
Fraude no comércio Art. 175.....	697
Outras fraudes – Art. 176.....	699
Ponto relevante para debate	
• A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no art. 176	701
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – Art. 177.....	701
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – Art. 178	703
Fraude à execução Art. 179.....	705

Capítulo VII
DA RECEPÇÃO

Recepção – Art. 180.....	707
Recepção de animal Art. 180-A	711

Capítulo VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais Arts. 181 a 183	713
Pontos relevantes para debate	
• O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição	715
• A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável	715

Título III
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – Art. 184.....	719
Ponto relevante para debate	
• Uma peculiar forma de corrupção.....	722
Usurpação de nome ou de pseudônimo alheio – Art. 185.....	723
Ação penal – Art. 186	723

Capítulo II
DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Violação de privilégio de invenção – Art. 187.....	725
Falsa atribuição de privilégio – Art. 188	725
Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado – Art. 189.....	725
Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho Art. 190	726
Ação penal Art. 191	726

Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Violação do direito de marca – Art. 192	727
Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos – Art. 193.....	727
Marca com falsa indicação de procedência – Art. 194.....	727
Ação penal – Art. 195	728

Capítulo IV
DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Concorrência desleal – Art. 196	729
---------------------------------------	-----

Título IV
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho – Art. 197	731
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta Art. 198...	733
Atentado contra a liberdade de associação Art. 199.....	734
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem Art. 200.....	735
Paralisação de trabalho de interesse coletivo Art. 201	736
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem Art. 202	737
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista Art. 203.....	738
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho Art. 204	740
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – Art. 205.....	741
Aliciamento para o fim de emigração Art. 206.....	742
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional Art. 207..	743

Título V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – Art. 208	747
---	-----

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária Art. 209	749
Violação de sepultura Art. 210	750
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver Art. 211	751
Vilipêndio a cadáver Art. 212	753

Título VI

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – Art. 213	757
Pontos relevantes para debate	
• A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa	760
• A análise do grau de resistência da vítima.....	761
• O estupro como crime único de condutas alternativas.....	761
• A perspectiva de aplicação do crime continuado, do concurso material, do concurso formal ou do crime único	764
• A necessidade de criação de um tipo penal intermediário foi atendida.....	764
• O estupro cometido por vingança ou como instrumento de humilhação	764
Esquema	
↳ Esquema comparativo	766
Atentado violento ao pudor Art. 214.....	767
Violação sexual mediante fraude – Art. 215.....	767
Importunação sexual Art. 215-A	769
Atentado ao pudor mediante fraude – Art. 216	770
Assédio sexual – Art. 216-A.....	771
Pontos relevantes para debate	
• A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a).....	773
• A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel.....	773
• A paixão do agente pela vítima	774
Registro não autorizado da intimidade sexual – Art. 216-B	774

Capítulo II
DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

Sedução Art. 217.....	777
Estupro de vulnerável Art. 217-A.....	777
Ponto relevante para debate	
• Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa.....	781
Mediação de vulnerável para servir à lascívia de outrem (rubrica inserida pelo autor)	
Art. 218.....	782
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente – Art. 218-A.....	783
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável – Art. 218-B.....	785
Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia Art. 218-C.....	788

Capítulo III
DO RAPTO

Rapto violento ou mediante fraude – Art. 219.....	791
Rapto consensual Art. 220.....	791
Diminuição de pena Art. 221.....	792
Concurso de rapto e outro crime – Art. 222.....	792

Capítulo IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Formas qualificadas Art. 223.....	793
Presunção de violência Art. 224.....	793
Ação penal – Art. 225.....	793
Aumento de pena Art. 226.....	794

Capítulo V
DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU
OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Mediação para servir a lascívia de outrem – Art. 227.....	797
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade da indução à lascívia.....	799
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – Art. 228.....	799
Ponto relevante para debate	
• Sites de prostituição.....	802
Favorecimento da exploração sexual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 229.....	803
Pontos relevantes para debate	
• A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade.....	805
• A inviabilidade da prisão em flagrante.....	806
Rufianismo – Art. 230.....	808

Ponto relevante para debate	
• A medida da intervenção mínima no crime de rufianismo.....	809
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231	810
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231-A	810
Promoção de migração ilegal Art. 232-A	810

Capítulo VI

DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – Art. 233	813
Ponto relevante para debate	
• A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica	814
Escrito ou objeto obsceno Art. 234.....	815
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal	816

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Aumento de pena – Art. 234-A	819
Ponto relevante para debate	
• Mulher estupra homem e engravida: aplicabilidade da causa de aumento.....	820
Sigilo processual (rubrica inserida pelo autor) Art. 234-B e Art. 234-C.....	821

Título VII

DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – Art. 235.....	825
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – Art. 236.....	827
Conhecimento prévio de impedimento – Art. 237.....	828
Simulação de autoridade para celebração de casamento Art. 238.....	829
Simulação de casamento Art. 239.....	830
Adulterio – Art. 240	831

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – Art. 241.....	833
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido Art. 242	834
Sonegação de estado de filiação – Art. 243	836

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material Art. 244.....	837
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – Art. 245	839
Abandono intelectual Art. 246	840
Abandono moral Art. 247.....	841

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – Art. 248.....	843
Ponto relevante para debate	
• A necessidade de ser efetivada a fuga.....	844
Subtração de incapazes Art. 249	845

Título VIII

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I

DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – Art. 250	849
Explosão – Art. 251	852
Uso de gás tóxico ou asfixiante – Art. 252	853
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – Art. 253.....	854
Inundação – Art. 254.....	855
Perigo de inundação Art. 255.....	856
Desabamento ou desmoronamento – Art. 256	857
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – Art. 257	859
Formas qualificadas de crime de perigo comum – Art. 258.....	860
Difusão de doença ou praga – Art. 259.....	860

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário Art. 260.....	863
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – Art. 261	865
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte Art. 262.....	866
Forma qualificada – Art. 263.....	868
Arremesso de projétil Art. 264.....	868
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – Art. 265.....	869
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública – Art. 266.....	871

Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – Art. 267	873
Infração de medida sanitária preventiva – Art. 268	874
Omissão de notificação de doença – Art. 269	876
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – Art. 270..	877
Corrupção ou poluição de água potável – Art. 271	879
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – Art. 272	880
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – Art. 273.....	881
Ponto relevante para debate	
• A inconstitucionalidade da pena cominada ao art. 273 do Código Penal	883
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – Art. 274.....	884
Invólucro ou recipiente com falsa indicação – Art. 275.....	886
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – Art. 276.....	887
Substância destinada à falsificação – Art. 277.....	888
Outras substâncias nocivas à saúde pública – Art. 278	889
Substância avariada – Art. 279	890
Medicamento em desacordo com receita médica – Art. 280	890
Comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes – Art. 281	891
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – Art. 282	892
Charlatanismo – Art. 283	893
Curandeirismo – Art. 284	894
Forma qualificada – Art. 285.....	895

Título IX
DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – Art. 286.....	897
Apologia de crime ou criminoso – Art. 287	898
Ponto relevante para debate	
• Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações.....	899
Associação criminosa – Art. 288.....	900
Pontos relevantes para debate	
• A tipificação do delito de associação criminosa na hipótese de crime continuado....	903
• A possibilidade de concurso de pessoas	904
• O concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância	904
• ituição de milícia privada – Art. 288-A	904

Título X
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I
DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – Art. 289.....	909
Crimes assimilados ao de moeda falsa – Art. 290.....	911
Petrechos para falsificação de moeda – Art. 291.....	913
Emissão de título ao portador sem permissão legal Art. 292.....	914

Capítulo II
DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – Art. 293	917
Petrechos de falsificação Art. 294	920
Causa de aumento de pena – Art. 295.....	921

Capítulo III
DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público Art. 296.....	923
Falsificação de documento público – Art. 297	926
Falsificação de documento particular Art. 298.....	929
Falsidade ideológica – Art. 299	931
Pontos relevantes para debate	
• As diferenças entre falsidade material e ideológica.....	934
• A possibilidade de haver falsidade em folha de papel em branco.....	934
Falso reconhecimento de firma ou letra Art. 300.....	935
Certidão ou atestado ideologicamente falso Art. 301	937
Ponto relevante para debate	
• A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente.....	939
Falsidade de atestado médico – Art. 302.....	939
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica Art. 303.....	940
Uso de documento falso – Art. 304.....	942
Pontos relevantes para debate	
• A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento.....	944
• O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento.....	944
Supressão de documento – Art. 305	945

Capítulo IV
DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins Art. 306.....	947
---	-----

Falsa identidade Art. 307	949
Ponto relevante para debate	
• O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva	951
Falsa identidade – Art. 308	951
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 309	953
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 310	954
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – Art. 311	956

Capítulo V

DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público Art. 311-A.....	959
Ponto relevante para debate	
• Cola eletrônica e tipificação penal.....	961

Título XI

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I

DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – Art. 312.....	965
Ponto relevante para debate	
• O peculato de uso e o crime previsto no art. 312	968
Peculato mediante erro de outrem – Art. 313	969
Inserção de dados falsos em sistema de informações – Art. 313-A.....	971
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – Art. 313-B	972
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – Art. 314	973
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas Art. 315.....	975
Concussão – Art. 316.....	976
Ponto relevante para debate	
• O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão	978
Corrupção passiva Art. 317	978
Pontos relevantes para debate	
• A ausência de menção à expressão <i>ato de ofício</i>	981
• A cifra negra da corrupção	981
Facilitação de contrabando ou descaminho – Art. 318.....	982
Prevaricação – Art. 319	983
Prevaricação em presídio Art. 319-A	984
Condescendência criminosa – Art. 320	987
Advocacia administrativa Art. 321	988
Violência arbitrária Art. 322.....	989
Abandono de função Art. 323	991

Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – Art. 324.....	992
Violação de sigilo funcional – Art. 325	994
Violação do sigilo de proposta de concorrência – Art. 326.....	995
Funcionário público – Art. 327	996
Pontos relevantes para debate	
• O conceito de entidade paraestatal.....	997
• A possibilidade de o conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime	997

Capítulo II

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – Art. 328.....	999
Resistência – Art. 329	1000
Ponto relevante para debate	
• O concurso entre os crimes de resistência e roubo	1002
Desobediência – Art. 330	1003
Ponto relevante para debate	
• O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário.....	1006
Desacato Art. 331	1007
Tráfico de influência – Art. 332.....	1009
Corrupção ativa – Art. 333.....	1010
Ponto relevante para debate	
• A questão referente à conduta <i>dar</i>	1012
Descaminho – Art. 334.....	1012
Contrabando – Art. 334-A.....	1016
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – Art. 335.....	1020
Inutilização de edital ou de sinal Art. 336	1020
Subtração ou inutilização de livro ou documento – Art. 337.....	1022
Sonegação de contribuição previdenciária Art. 337-A	1023

Capítulo II-A

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – Art. 337-B.....	1027
Tráfico de influência em transação comercial internacional Art. 337-C.....	1028
Funcionário público estrangeiro Art. 337-D.....	1030

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – Art. 338.....	1033
Denunciação caluniosa – Art. 339	1034

Ponto relevante para debate	
• A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúncia caluniosa	1037
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – Art. 340	1038
Autoacusação falsa – Art. 341	1039
Ponto relevante para debate	
• A questão de o réu ter o amplo direito de mentir para se defender	1040
Falso testemunho ou falsa perícia – Art. 342	1041
Pontos relevantes para debate	
• A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade	1043
• O concurso de pessoas no crime de falso	1045
Suborno Art. 343	1046
Coação no curso do processo – Art. 344	1047
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 345	1049
Exercício arbitrário das próprias razões Art. 346	1050
Fraude processual Art. 347	1051
Favorecimento pessoal – Art. 348	1052
Favorecimento real Art. 349	1054
Favorecimento real em presidio – Art. 349-A	1055
Exercício arbitrário ou abuso de poder – Art. 350	1057
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – Art. 351	1058
Evasão mediante violência contra pessoa – Art. 352	1059
Arrebatamento de preso – Art. 353	1060
Motim de presos Art. 354	1061
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – Art. 355	1062
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório Art. 356	1064
Exploração de prestígio Art. 357	1065
Violência ou fraude em arrematação judicial Art. 358	1066
Desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – Art. 359	1068

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – Art. 359-A	1071
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – Art. 359-B	1073
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-C	1074
Ordenação de despesa não autorizada – Art. 359-D	1076
Prestação de garantia graciosa – Art. 359-E	1077
Não cancelamento de restos a pagar – Art. 359-F	1079
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura Art. 359-G	1080
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado Art. 359-H	1082
BIBLIOGRAFIA	1085

XLVIII **MANUAL DE DIREITO PENAL - Nucci**

OBRAS DO AUTOR 1121

ANEXO COMENTÁRIOS AO PROJETO DE LEI Nº 4.253/2020 DO SENADO FE-
DERAL 1123